



CIEA7 #18:

VIDAS TRANSNACIONAIS: ÁFRICA/PENÍNSULA IBÉRICA.

Tatiana Ferreira[°]

tatiana.ferreira@ics.ul.pt

Dinâmicas de transmissão intergeracional

Jovens descendentes de famílias dos PALOP

O processo migratório é um desafio que reequaciona todos os pressupostos e expectativas em termos de comportamento e papéis familiares, nomeadamente na relação dos progenitores com os seus descendentes. A presente comunicação tem como objectivo discutir as dinâmicas de transmissão intergeracional, bem como os processos de socialização nos contextos migratórios, numa perspectiva de género. Pretende-se assim perceber se existem diferenças de género nas relações parentais, nomeadamente no que diz respeito às expectativas, exigências, restrições e monitorização do comportamento de filhas e filhos. A discussão surge no âmbito de uma tese de doutoramento sobre processos de transição para a vida adulta de jovens descendentes de migrantes dos PALOP, que irá adoptar uma metodologia comparativa entre gerações de progenitores e seus descendentes no que diz respeito às representações e trajectos de vida.

Gerações, Género, Famílias transnacionais.

[°] ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa.

O presente artigo surge no âmbito de uma tese de doutoramento¹ sobre processos de transição para a vida adulta de jovens descendentes de migrantes dos PALOP. O objectivo é o de compreender como se articulam nos processos de transição para a vida adulta desses jovens a família, a educação e o mercado de trabalho, adoptando uma metodologia comparativa entre gerações de progenitores e seus descendentes, no que diz respeito às representações e trajectos de vida. Ou seja, ao mesmo tempo, pretendo perceber quais os contrastes e continuidades existentes entre os trajectos de vida de pais e filhos e perceber as dinâmicas de socialização dos jovens.

Proponho-me assim neste artigo apresentar uma primeira reflexão sobre as dinâmicas de transmissão intergeracional, bem como os processos de socialização nos contextos migratórios, numa perspectiva de género. As entrevistas já realizadas no âmbito do projecto “Trajectórias migratórias de origem africana, ilegalidade e género: um estudo comparativo entre Portugal e Itália” (ICS-UL) tem sido uma fonte exploratória privilegiada que tem permitido perceber as dinâmicas familiares transnacionais.

TRANSNACIONALISMO E GERAÇÕES

A imigração dos PALOP é «das mais antigas migrações laborais para Portugal» (Machado 2009)², intensificando-se sobretudo em finais dos anos 80. A entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia e o desenvolvimento económico do país, intensificou o número de obras públicas de grande escala, aumentando a oferta de mão-de-obra na construção civil. Milhares de africanos das ex-colónias portuguesas são atraídos pelo mercado de oferta de trabalho nessa área e migram para Portugal à procura de melhores condições de vida ou para fugirem a situações de conflito armado nos seus países de origem (Machado 2009; Fonseca 2005). Sendo uma das populações migrantes mais antigas em Portugal, fruto de um processo de reagrupamento familiar ou de terem constituído família em Portugal, já têm descendentes. É uma geração de crianças (0 aos 14 anos) e jovens (15 aos 29 anos) que nasceu e/ou cresceu em Portugal (Machado e Matias 2006).

Neste contexto, é interessante perceber a forma como estes jovens gerem os diferentes contextos identitários, resultantes dos diferentes contextos de socialização em família e em outros contextos da sociedade portuguesa, para a qual os seus progenitores migraram. Que impacto têm então nas trajectórias dos jovens os diferentes backgrounds culturais dos seus progenitores?

Apesar de terem nascido e/ou crescido longe do país de origem dos seus progenitores, muitos deles podem ter duplas ou até triplas noções de casa (Lee 2008). Assim, a fim de perceber e compreender a forma como os jovens gerem os diferentes contextos identitários, bem como as dinâmicas de transmissão intergeracional que os moldam, irá ser privilegiada uma perspectiva transnacional.

Existe um reconhecimento cada vez maior de que a migração deve ser reconhecida como um processo transnacional, indo mais além de uma visão

¹ Projecto de doutoramento financiado pela FCT (SFRH/BD/61130/2009). Orientação de Fernando Luís Machado (ISCTE-IUL) e co-orientação de Marzia Grassi (ICS-UL). A participação na equipa do projecto “Trajectórias migratórias de origem africana, ilegalidade e género: um estudo comparativo entre Portugal e Itália” (PIHM/GC/0046/2008 - projecto de IC&DT no domínio das relações de género e das políticas para a igualdade entre mulheres e homens em Portugal), coordenado por Marzia Grassi (ICS-UL), irá permitir articular os dados originais da presente pesquisa com os dados resultantes das entrevistas resultantes realizadas no âmbito deste projecto. O projecto visa analisar os fluxos migratórios originários das antigas colónias, que permanecem os mais numerosos e se caracterizaram, nos anos recentes, pela sua crescente feminização, prevendo a realização em Portugal de 50 entrevistas em profundidade a imigrantes provenientes dos PALOP.

² Para uma análise aprofundada sobre as especificidades dos fluxos migratórios dos PALOP para Portugal ver (Machado 2009)

nacionalista. Parafraseando Levitt (2006) “That is not to deny the continuing importance of nation-states nor the fact that the states continue to regulate many aspects of life. Nor is to argue that everything is produced by factors operating outside national borders. Indeed, in many cases, transnational dynamics play only a supporting role in the story. Rather, is to say that to understand today’s world, one has to ask how individuals and groups actually organize themselves, without assuming, a priori, that they fit neatly within a national box”. Ou seja, pensar num mundo sem fronteiras, permitindo explorar quais são as fronteiras que existem e em que contexto histórico particular emergem. Não enfatiza o global, o local, mas toma o mundo em toda a sua complexidade, não se limitando a um único nível da experiência social. A perspectiva transnacional permite assim analisar todos os níveis de interacção social, na medida em que, se alguns processos sociais podem se circunscrever nas fronteiras de um estado-nação, outros, embora enraizados numa nação, podem atravessar as fronteiras nacionais (Khagram and Levitt 2004).

Autores como Vertovec (2001) apontam que existe pouca pesquisa sobre o transnacionalismo das segundas gerações, sabendo-se pouco acerca dos processos e padrões que constroem a reprodução dos laços transnacionais nas sucessões intergeracionais (Lee 2008).

De facto, ainda que os teóricos do transnacionalismo argumentem que as vidas dos migrantes não podem ser percebidas dentro das fronteiras nacionais do país para onde estes migram, mas sim num complexo de relações entre diferentes países, nem todos estão de acordo com esta abordagem quando está em causa o estudo das gerações que se lhes seguem.

A adopção de uma abordagem transnacional no estudo dos descendentes da geração migrante, tem assim gerado algumas dissonâncias a nível académico. Alguns autores consideram que uma abordagem transnacional só deve ser tida em conta quando se trata das primeiras gerações, sendo que nas gerações subsequentes já não faz sentido, na medida em que os laços transnacionais tendem a desaparecer progressivamente entre gerações. Entre os autores que consideram que só faz sentido falar de transnacionalismo no estudo das primeiras gerações, encontram-se Portes (2001: 190) e Rumbaut (2002: 89). O primeiro argumenta que, apesar de existirem alguns efeitos entre as “segundas gerações”, as actividades transnacionais são sobretudo um fenómeno uni geracional. Por outro lado, Rumbaut afirma que, ainda que existam diferenças entre origens nacionais, os laços transnacionais nas gerações mais novas são muito reduzidos.

Outros autores, ainda que admitindo que os laços que os pais mantêm com o país de origem têm contornos e intensidades diferentes das dos seus progenitores, argumentam que os jovens são socializados num contexto doméstico transnacional, não sendo tal indiferente no seu processo identitário (Levitt and Glick-Schiller, 2004; Somerville, 2008; Lee 2006). Aliás, estes, a qualquer momento, podem activar o seu potencial identitário e tornar-se activistas transnacionais (Levitt, 2004)³.

Também Levitt e Waters (2002) argumentam que não podemos considerar que as gerações subsequentes de migrantes ou mantêm laços fortes com a terra de origem dos progenitores ou estão integrados na sociedade para onde estes migraram. Não são duas situações mutuamente exclusivas, nem devem ser consideradas como tal, na medida em que os autores consideram que o transnacionalismo pode existir apesar da integração, sendo que ambas as situações se multiplicam em diferentes dimensões.

³ Levitt avança com alguns exemplos: os filhos de Gujaratis que viajam até à Índia para encontrar parceiro para casar ou a segunda geração de paquistaneses que começam a estudar os valores paquistaneses e islâmicos assim que têm filhos de forma a transmitir-lhes esses valores.

Segundo Caglar (2004) ao mesmo tempo que os migrantes e os seus filhos organizam as suas vidas e se tornam parte dos países que os recebem, continuam a organizar muitos dos aspectos da sua vida em torno dos seus países de origem. É entre fronteiras que continuam a comunicar com amigos e família, que enviam remessas, que participam na vida política e cívica. Da mesma forma, levam a cabo actividades colectivas transnacionais, que têm impacto nas instituições religiosas, políticas e cívicas e na sua experiência migratória. O autor argumenta assim que mais estes laços estão institucionalizados, por exemplo, assentes em sistemas legais – pensões, é mais provável que as vidas transnacionais persistam para além da primeira geração.

Fouron and Glick Schiller (2002) apresentam o conceito de “imagined generation”, partindo do conceito “imagined communities” de Anderson (1991). Os autores contestam a noção de “segunda” e subsequentes gerações, na medida em que consideram que estas enfatizam as noções teóricas de incorporação, traduzindo um modelo em que os filhos de imigrantes são socializados apenas no contexto das influências culturais do país onde nasceram e/ou cresceram. É neste contexto que propõe o conceito de “imagined generation” o qual enfatiza o sentido imaginado de pertença, que vai para além das fronteiras geográficas dos países. Os autores argumentam ainda que criar crianças é muitas vezes um processo transnacional, apresentando os exemplos dos filhos de haitianos que nasceram no Haiti e que vão para os EUA na sua adolescência, ou aqueles que são educados nos EUA junto dos seus progenitores, enquanto que outros ficam no Haiti, demonstrando as diferentes formas de cuidados transnacionais.

Levitt and Glick-Schiller (2004) sugerem uma abordagem através da diferenciação, no espaço transnacional, entre “ways of being” e “ways of belonging”. Por “ways of being” entenda-se as actuais relações e práticas sociais dos indivíduos; por “ways of belonging” entenda-se por ligações ao país de origem através da memória, da nostalgia ou imaginação.

Levitt requalifica também o conceito de “geração” e afirma que a adopção de uma perspectiva transnacional é um desafio tendo em conta o conceito de gerações, tomando do princípio de que as experiências geracionais são moldadas na juventude pela partilha comum de experiências. A socialização e a reprodução social deve ser pensada também fora do contexto das fronteiras nacionais, tendo em conta mais do que um contexto social e cultural. Tal coloca-se mesmo nos casos em que as crianças e /ou jovens nunca visitaram o país de origem dos progenitores, mas que cresceram num contexto doméstico em que estão presentes pessoas, valores e bens de mais do que uma realidade nacional (Levitt and Glick Schiller 2004; Pries 2004). Como tal, não podemos colocar a experiência geracional como sendo um processo linear, enraizado nacionalmente, na medida em que ele é também assente em experiências imaginadas e experienciadas além fronteiras (Levitt 2009, Anderson 1991; Fouron and Glick Schiller 2002).

Mas o que podemos então entender por perspectiva intergeracional? E como se gerem estas relações e tensões intergeracionais no seio de uma família com um percurso migratório?

Usamos aqui o conceito de geração, no sentido de sucessão⁴, e das relações entre as diferentes gerações de uma família, ou seja, como uma identidade colectiva que assume um lugar na história, na medida em que cada geração espelha uma imagem «do seu tempo», isto é da fase histórica a que se reporta. Termos como «a minha geração» ou «do nosso tempo» são usualmente utilizadas na prática discursiva,

⁴ Para uma discussão das diferentes conceptualizações de geração ver Corsten, M. (1999), “The Time of Generations”, *Time & Society*, vol.8 (2), 249-272 e Attias-Donfut (1991)

reportando-se a uma descrição pessoal de uma demarcação também em termos etários (Corsten 1999)⁵.

Para Attias-Donfut (1991) o conceito de geração é utilizado com diferentes significados, discriminando a autora quatro definições principais: genealógica, histórica, demográfica e socio-cognitiva. Por genealógica entenda-se uma relação de filiação entre indivíduos; por histórica o período de tempo que separa a idade de um pai da dos seus filhos, definida comumente como 30 anos; por demográfica um grupo de pessoas que tem aproximadamente a mesma idade e, por fim, sócio-cognitiva designa um grupo de pessoas que tem aproximadamente a mesma idade mas cujo principal critério de identificação é o facto de terem experiências históricas comuns.

Segundo Favart-Jardon (2002) cada indivíduo ocupa um lugar específico entre os outros descendentes ou ascendentes da sua família, por exemplo, um jovem pertence a uma geração distinta dos seus pais e, por sua vez, estes, diferentes das dos seus avós. Assim, por cada nascimento, dá-se uma reorganização familiar, sendo que cada membro da família (como sejam os pais ou os avós) projecta expectativas naquele novo membro, sejam elas a nível profissional, educacional, ou matrimonial, recorrendo muitas vezes a uma memória familiar comum. O autor argumenta ainda, que cada indivíduo enfrenta o desafio de gerir essa herança simbólica, interpretando-a e (re) definindo-a à sua maneira. Existe, assim, uma tensão entre o individualismo (eu) e a pertença familiar (nós), gerando muitas vezes conflitos no contexto familiar, na medida em que nem sempre as trajectórias de vida das novas gerações correspondem às expectativas dos seus ascendentes.

FAMÍLIA E GÉNERO

O género vai para além da dicotomia entre masculino e feminino, biologicamente falando, a sua complexidade assenta, entre outros aspectos, nos diferentes significados que culturalmente são atribuídas às diferenças entre homens e mulheres. As relações de género são assim um eixo de diversidade da condição juvenil que não pode deixar de ser tido em conta, na medida em que existe um conjunto de significados e expectativas culturais associados aos comportamentos de homens e mulheres (Kimmel 2000; Amâncio 1998; Grassi 2007), presentes também entre os jovens (Machado e Matias 2006). As características de género compreendem desde as condições diferenciadas no acesso à migração na sociedade de origem e integração laboral no país de acolhimento, por parte dos seus progenitores, até ao impacto que estas produzem ao nível das relações sociais e familiares.

Neste contexto, o espaço transnacional não é, também ele, neutro, pelo que poderão existir diferenças entre a forma como homens e mulheres gerem as suas vidas no espaço transnacional, de como têm actividades transnacionais e de como desempenham os seus diferentes papéis, por exemplo como pai e mãe, como marido e mulher ou irmão e irmã.

Para compreender o género no espaço transnacional, Mahler and Pessar (2003), desenvolveram um modelo conceptual que denominaram de “gendered geographies of power”, que compreende três elementos fundamentais: geographic scales, power geometries and social locations. Assume particular interesse, no contexto da discussão aqui desenvolvida o termo Geographic scales ou escalas geográficas,

⁵ Há contudo que ter em atenção que a geração dos pais não pode, neste caso, ser considerada como uma geração homogénea, na medida em que, apesar de o objectivo ser o de utilizar o conceito de geração como sucessão, a geração dos pais, em termos de fronteiras etárias poderá não ser homogénea. Ou seja, não podemos garantir, à partida, que os pais dos jovens que iremos entrevistar tenham idades semelhantes.

apresentado pelas autoras para melhor capturar e compreender como o género opera simultaneamente em múltiplas escalas sociais e espaciais no espaço transnacional, como seja a família ou o estado. É no contexto das escalas particulares, entre e dentro destas, que as ideologias e relações de género são reafirmadas ou reconfiguradas. Tal é o que acontece no seio das famílias transnacionais, sendo que as dinâmicas familiares e as reconfigurações de género não podem senão ser entendidas nos seus múltiplos espaços geográficos, neste caso a família, Portugal - enquanto país para o qual os pais destes jovens migraram e o país de origem dos seus progenitores.

No âmbito familiar, existem diferentes expectativas e um conjunto de significados e expectativas culturais que estão associados aos comportamentos de homens e mulheres (Almeida 1995; Kimmel 2000). As alterações ocorridas nos papéis de género ao longo do processo migratório, são visíveis, por exemplo, nas mudanças ocorridas ao nível da divisão do trabalho doméstico. Quando as famílias migram unidas, os homens têm a expectativa de que, no novo país, a divisão dos trabalhos domésticos se mantenha idêntica ao que acontecia no país de origem, mesmo quando as mulheres passam a trabalhar também fora de casa (Hondagneu-Sotelo 1994). Por outro lado, alguns homens que migram sozinhos aprendem as tarefas domésticas por necessidade, e estão muito mais dispostos a ajudar as mulheres aquando da reunificação familiar. Contudo, estudos (Mahler 1999; Kyle 2000) demonstram que em casos em que os maridos demonstram vontade de partilhar as tarefas domésticas, por exemplo, ao lavar a loiça, estes são repreendidos pelas suas companheiras que reivindicam o restabelecimento das normas de trabalho de género. Uma das entrevistas já realizadas, no âmbito do projecto do ICS-UL supracitado, a uma cabo-verdiana de Santo Antão que migrou sozinha, inicialmente por questões de saúde, e que se encontra sozinha em Portugal, espelha uma situação idêntica. A entrevistada refere que o companheiro se encontra actualmente a trabalhar em São Vicente, pelo que só vai a casa de 15 em 15 dias, gracejando que ele já aprendeu a cozinhar e a realizar outras tarefas domésticas, mas que, sempre que regressa a casa, são as filhas do casal que desempenham as tarefas domésticas, sem a ajuda deste. A entrevistada enfatiza que a filha mais velha desempenha bem as tarefas domésticas e que gosta. Ao falar no regresso a casa, reforça que apesar de o companheiro já ter aprendido a desempenhar as tarefas domésticas, será ela e as filhas a assumir essa responsabilidade.

Estes significados e expectativas devem ser entendidos assim numa perspectiva transnacional, que tenham em conta que os laços com o país de origem sofrem alterações ao longo do tempo e dos contextos, bem como entre as gerações, sendo que os descendentes dos migrantes irão certamente atribuir outros significados a esses laços.

Assim, o género não deve ser tido apenas como uma variável de medida, mas antes como um conjunto de relações sociais que influem as dinâmicas familiares em contextos migratórios. Ou seja, dever ser adoptada uma abordagem de género relacional e dinâmica (Hondagneu-Sotelo 1994).

Para Dion & Dion⁶ (2001), a análise das relações familiares em contextos migratórios, deve privilegiar uma perspectiva de género, na medida em que permite compreender melhor as mudanças com que as famílias imigrantes se deparam na sociedade receptora. Ou seja, para as autoras, o processo migratório é um desafio que equaciona todos os pressupostos e expectativas em termos de comportamento e papéis familiares, desafio esse que homens e mulheres gerem de forma diferenciada.

⁶ Dion e Dion (2001) discutem os resultados de dois estudos qualitativos que analisam dois processos migratórios distintos. Um dos estudos é sobre casais Coreanos que migraram para os Estados Unidos e analisa as suas representações sobre o contributo do homem e da mulher para o rendimento familiar e a forma como o trabalho doméstico é organizado (Lim 1997 – retirei a vírgula). O outro estudo é sobre imigrantes Mexicanos nos Estados Unidos, e investiga o impacto dos processos de reagrupamento familiar nas relações de género (Hondagneu-Sotelo's 1992).

As alterações ocorrem também na relação entre os progenitores e os seus descendentes, sendo que, no processo de socialização, as exigências e expectativas para os filhos de imigrantes são diferentes do que para as filhas de imigrantes, fruto de processos de negociação (ou renegociação). As diferenças dos papéis atribuídos no contexto familiar têm repercussões não só nas relações parentais, mas também nas identidades dos jovens (*ibidem*. 2001).

Mas de que forma é que estas dinâmicas familiares constroem as trajetórias de vida dos descendentes de famílias com um percurso migratório? E quando esses desafios se colocam para além das fronteiras dos países receptores? Estas duas questões são relevantes na medida em que: 1) os jovens enfrentam novos desafios na sociedade receptora e 2) não se podem pensar as relações familiares escamoteando a importância dos países de origem.

O género, enquanto categoria de análise, assume particular interesse para a compreensão das dinâmicas familiares, que podem ou não reproduzir-se geracionalmente.

As relações de género mudam em contexto migratório, muitas vezes pelo determinismo das condições de vida na sociedade receptora (Dion & Dion 2001; Suárez-Orozco & Baolian Qin 2006), reequacionando muitas vezes as expectativas tradicionalmente esperadas, em termos culturais, e colocando desafios múltiplos, como os que decorrem da inserção da mulher no mercado de trabalho. Ou seja, factores estruturais, a nível económico e de políticas de imigração, podem conduzir a novas adaptações das mulheres e dos homens e dos seus papéis no contexto da sociedade receptora. Existem novas exigências na sociedade receptora, em que, por exemplo, por questões de gestão do agregado familiar ambos os membros do casal precisam de estar empregados, resultando muitas vezes em mudanças profundas tanto no comportamento do homem como da mulher (Lim 1997).

As relações de género no país de origem não podem também deixar de ser tidas em conta (Fêo Rodrigues 2007). Por exemplo, em Cabo Verde, os papéis de género estão em mudança, fruto das novas dinâmicas familiares que levam ao equacionar a ideia normativa da relação conjugal entre homem e mulher. Segundo a autora, partir deste pressuposto normativo, reduz a importância das relações de parentesco transnacionais cada vez mais complexas, limitando a plasticidade do agregado familiar e o alcance do conceito de patriarcado.

As renegociações dos papéis de género prendem-se ainda a outro nível de análise, nomeadamente quando os percursos migratórios das famílias se processam em diferentes fases, em que o homem migra primeiro e só posteriormente, através do reagrupamento familiar, é que a mulher e seus filhos se juntam a ele (Hondagneu-Sotelo 1992). Segundo o autor, que estudou os percursos migratórios do México para os Estados Unidos, nos diferentes estágios deste processo, as relações de género no contexto familiar, sofrem também alterações. Quando o homem se ausenta por longos períodos de tempo, por exemplo, as responsabilidades tradicionalmente atribuídas na família, são muitas vezes assumidas pela mulher. Por outro lado, os homens, longe de casa e sozinhos, muitas vezes aprendem tarefas domésticas, como cozinhar, por exemplo. Mais tarde, nos casos em que houve reagrupamento familiar, o comportamento expectável do homem e da mulher sofreram alterações profundas, fruto do longo período de separação.

Os fluxos migratórios dos PALOP para Portugal são também marcados por processos de reagrupamento familiar, nomeadamente nos fluxos que ocorreram nos anos 80, em que muitos dos indivíduos migravam sozinhos e só posteriormente as suas famílias se reuniam a eles (Machado 2009; Fonseca 2005). É entre os nacionais dos PALOP que se regista um maior volume de reagrupamentos familiares (Fonseca 2005).

Ainda que exista uma diversidade de situações (mulheres que migraram sozinhas, jovens migrantes sem filhos, etc) nas entrevistas já realizadas no âmbito do projecto do ICS acima referido, existem também alguns casos de reagrupamento familiar. Neste contexto, as relações de género no contexto das famílias provenientes dos PALOP podem também sofrer alterações em resultado dos processos de reagrupamento familiar.

Considerando assim os diferentes desafios que se colocam às famílias num espaço transnacional, as relações de género produzem e/ou reproduzem assimetrias em termos de recursos e papéis sociais nos seus descendentes? Tendem a existir maiores restrições e monitorização do comportamento das filhas do que dos filhos, por exemplo nas relações amorosas?

A propósito das questões sobre controlo parental, na sua abordagem sobre imaginário social Mahler and Pessar (2003)⁷, as autoras afirmam que as famílias migrantes esperam realçar o seu status social através da sexualidade das suas filhas. Durante gerações foi esperado que as filhas de migrantes tivessem um comportamento contrastante com o comportamento das raparigas americanas (permissivas no imaginário dos pais), nomeadamente no que diz respeito à sexualidade. Era esperado que estas fossem virtuosas, disciplina comportamental que não era requerida aos rapazes. Trata-se, segundo as autoras, de um imaginário social gendificado, assente ainda em estratégias transnacionais, como seja, a importância de as raparigas serem noivas castas, em caso de retorno à terra natal.

Após analisar as diferenças de género nos processos de socialização dos filhos de famílias indianas a viver em Nova Iorque, Das Gupta (1997) concluiu que os progenitores projectam expectativas diferentes para os filhos e filhas, sendo que, no caso das raparigas, pretende-se que estas correspondam aos trâmites do comportamento tradicionalmente aceite. A pressão é assim muito mais acentuada na geração de jovens mulheres, filhas de imigrantes, até porque, muitas vezes, os seus pais muitas vezes consideram os valores da sociedade receptora como ameaçadores.

Suárez-Orozco & Baolian Qin (2006) analisam os resultados de diferentes estudos sobre controlo parental⁸ e concluem que nas famílias migrantes de diferentes contextos culturais, os valores e a importância da tradição são um factor importante em termos das relações de género e de poder. O peso das tradições familiares, nomeadamente em relação às mulheres, em que é esperado que estas mantenham determinados comportamento e práticas. O controlo parental assenta nas diferentes estratégias de socialização que os pais têm com os filhos e filhas no interior das famílias imigrantes. Os pais impõem um controlo mais restrito nas actividades das suas filhas do que dos seus filhos, sendo as raparigas muitas vezes privadas de sair depois da escola, ir a festas ou sair com amigos, ou até mesmo em práticas diárias como o vestuário e na maquilhagem, por exemplo (Sung 1987). Ainda segundo Suárez-Orozco & Baolian Qin (2006) o controlo parental é comum em quase todos os backgrounds étnicos e em diferentes períodos históricos, sendo que os pais imigrantes têm maiores expectativas que as suas filhas incorporem os valores tradicionais do que os seus filhos

Attias-Donfut (2009) na sua obra *Le destin des enfants d'immigrés* conclui, por exemplo, que em França, o destino das filhas de origem turca é marcado pela forte tradição do casamento em idades precoces e restrição das mesmas ao espaço doméstico, limitando as suas possibilidades.

⁷ As ideias das autoras assentam em diferentes estudos (Espiritu 2001, 2003; Orsi 1985; Silvey 1999; Wolf 1997).

⁸ Para um conhecimento mais aprofundado sobre os diferentes estudos ver Suárez-Orozco, C., e D. Baolian Qin. 2006. «Gendered perspectives in psychology: immigrant origin youth». *International Migration Review*. Vol 40 (1): 165.198.

Apesar de os estudos sobre as famílias afro-americanas reconhecerem a influência do género no processo de socialização, são poucos os que se preocupam em compreender a forma como influencia a socialização dos jovens afro-americanos. Uma amostra de 218 adolescentes afro-americanos que frequentavam uma escola secundária pública nos EUA, permitiu observar o papel do género nas práticas de socialização. O estudo revelou que os progenitores investem mais na socialização das adolescentes femininas, questionando os autores a forma como as diferenças de género são determinantes nas trajectórias de vida dos jovens afro-americanos. (Brown *et al.* 2010)

Diferentes expectativas no que concerne os papéis de género contribuem para tensões no contexto familiar dos migrantes. Todas estas pressões podem ser geradoras de conflitos entre as diferentes gerações da família, e muitas vezes, as filhas de imigrantes em resultado das pressões que sofrem no processo de socialização, tendem a rejeitar mais depressa as crenças e valores tradicionais. Estas tensões ocorrem sobretudo em famílias com padrões familiares rígidos que condicionam os processos de individualização, complexificando as estratégias de liberdade individual (Morch e Andersen 2006).

Apesar de, ao contrário de outrora, as mulheres poderem gerir as opções da sua vida, continuam a existir barreiras culturais, nomeadamente no que diz respeito às expectativas em relação ao papel da mulher, que constroem as suas possibilidades.

Mas todas estas dinâmicas de transmissão intergeracional, bem como todos os processos de socialização nos contextos migratórios, não podem ser encarados de forma descontextualizada. Ou seja, será que ser filha de cabo-verdianos é a mesma coisa que ser filha de guineenses, será que em ambos os contextos familiares os papéis de género se expressam da mesma forma, ou são fruto de diferentes contextos culturais e conjunturais? Por exemplo, em Cabo Verde, não obstante o modelo patriarcal de família, a mulher cabo-verdiana assume uma posição preponderante na estrutura familiar, como já vimos, arcando com responsabilidades como o sustento do agregado familiar (Grassi 2007; Fêo Rodrigues 2007). Estas dinâmicas familiares estruturam também as relações sociais nos diferentes contextos de acolhimento da mulher cabo-verdiana. Assim, estas e outras especificidades em termos de atribuição de género nos locais de origem não podem ser esquecidas na análise dos trajectos de vida nas sociedades receptoras, sendo importante perceber se estas são ou não transmitidas geracionalmente. O que nos obriga a repensar as noções de parentesco e a sua plasticidade, nomeadamente quando o que está em causa são as reproduções dos papéis de género, na medida que em Cabo Verde «as noções de masculinidade e feminilidade são transmitidas de uma geração para a seguinte, especialmente através do laço mãe-filho» (Fêo Rodrigues 2007, 144).

De referir ainda que existem também casos em que as crianças crescem afastadas de um ou de ambos os progenitores, que migraram. Parreñas (2005) estudou os filhos de famílias filipinas que migraram de forma a poderem proporcionar uma vida melhor aos seus filhos, ao nível da escola e saúde. Na perspectiva das crianças, a autora analisa o impacto que a distância tem nas relações intergeracionais, bem como a forma como são geridas e percebidas as normas de género, argumentando que, a manutenção das ideologias tradicionais de género pode criar tensões no seio das famílias migrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, é possível perceber a importância do género como variável explicativa das relações intergeracionais, e a gestão que é feita em contexto familiar, entre os

valores e representações tradicionais da sociedade de origem e os valores e representações das sociedades receptoras, na medida em que as famílias transnacionais gerem dinâmicas diárias de continuidade e mudança, constituindo o género um eixo analítico por excelência neste processo inter-relacional. Como tal, é importante perceber as diferentes escalas geográficas (Mahler e Pessar 2003) em que as relações de género são reafirmadas ou reconfiguradas, compreendendo os múltiplos espaços sociais e geográficos em que as famílias transnacionais se movimentam.

A discussão teórica acima apresentada, demonstra assim como é importante compreender «como, quando e porquê que faz diferença ser homem ou mulher» (Eckes e Trautner 2000, 10), reconhecendo as diferenças de género em contexto migratório, ou seja, o género não como uma categoria biológica, mas antes como algo que se constrói sob influência do contexto social.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Miguel Vale de. 1995. *Senhores de Si – Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*. Lisboa: Fim de Século Edições
- Amâncio, Lígia. 1998. *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*. Porto: Afrontamento.
- Anderson, B. 1991. *Imagined Communities*. London: Verso.
- Attias-Donfut, Claudine e F.C. Wolff. 2009. *Le destin des enfants d'immigrés*. Paris: Stock.
- Attias-Donfut, Claudine. 1991. *Génération et ages de la vie*. Paris: Presses Universitaires de France. Coll. « Que Sais-Je ? », n° 2570.
- Brown, Tiffany, Miriam R. Linver, e Melanie Evans. 2010. «The Role of Gender in the Racial and Ethnic Socialization of African American Adolescents». *Youth & Society*, 41 (3):357-381.
- Caglar, Ayse and Levent Soysal. 2004. «Introduction: Turkish Migration to Germany - Forty Years After». In *Turkish Migration to Germany: Issues, Reflections, and Futures*. Special Issue, *New Perspectives on Turkey*, eds. A. Caglar and L.
- Corsten, Michael. 1999. «The Time of Generations», *Time & Society*, 8 (2): 249-272.
- Das Gupta, Monisha. 1997. «What is Indian about you?. A gendered, transnational approach to ethnicity», *Gender and Society*, 11, 572-596.
- Dion, Karen, e Kenneth L. Dion. 2001. «Gender and cultural adaptation in immigrant families», *Journal of Social Issues*, 57 (3): 511-521.
- Eckes, Thomas, e Hanns Martin Trautner. 2000. «Developmental social psychology of gender: an integrative approach». In *The Developmental Social Psychology of Gender*, org. T. Eckes e H.M. Trautner. Nova Jérsei: Lawrence Erlbaum.
- Favart-Jardon, Evelyne. 2002. «Women's 'family speech': a trigenational study of family memory», *Current Sociology*, 50 (2): 309-319.
- Fêo Rodrigues, Isabel. 2007. «As mães e os seus filhos dentro da plasticidade parental: reconsiderando o patriarcado na teoria e na prática». In *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, org. Marzia Grassi, e Iolanda Évora. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 23-61.
- Fonseca, Maria Lucinda, coord. 2005. *Reunificação familiar e imigração em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Fouron, Georges, e Nina Glick Schiller. 2002. «The Generation of Identity: Redefining the Second Generation within a Transnational Social Field». In *The Changing Face of Home: The transnational lives of the second generation*, eds. P. Levitt and M. Waters. New York: Russell Sage Foundation, 168-208.
- Grassi, Marzia. 2007. «Cabo Verde pelo mundo: o género na diáspora caboverdiana». In *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, org. Marzia Grassi, e Iolanda Évora. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 23-61.
- Hondagneu-Sotelo, P. 1992. «Overcoming patriarchal constraints: The reconstruction of gender relationships among Mexican immigrant women and men». *Gender and Society*, 6: 393-415.

- Hondagneu-Sotelo, Pierrette. 1994. *Genderes transitions: Mexican experiences of immigration*. Berkeley: University of California.
- Khagram, Sanjeev e Peggy Levitt. 2004. *Towards a field of transnational studies and a sociological research program*. Hauser center for nonprofit organizations. Harvard University.
- Kimmel, Michael, e Amy Aronson. 2000. *The gendered society reader*. New York: Oxford University Press.
- Kyle, David. 2000. *Transnational Peasants: Migrations, Networks, and Ethnicity in Andean Ecuador*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Lee, Hellen. 2006. «“Tonga only wants our money”: the children of Tongan migrants’». In *Globalisation, governance and the Pacific Islands*, ed. Stewart Firth. Camberra: ANUE Press.
- Lee, Hellen. 2008. *Ties to the Homeland: Second Generation Transnationalism*. UK: Cambridge Scholars Publishing.
- Levitt, Peggy. 2009. «Roots and Routes: Understanding the Lives of the Second Generation Transnationally», *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 35, 7: 1225 – 1242.
- Levitt, Peggy. 2006. «God Needs No Passport: Trying to define the new boundaries of belonging» In *Harvard Divinity Bulletin*, 34 (3). Online http://www.hds.harvard.edu/news/bulletin_mag/articles/34-3_levitt.html
- Levitt, Peggy e Nina Glick Schiller. 2004. «Conceptualizing Simultaneity: A Transnational Social Field Perspective on Society on Society». *International Migration review*, 38, 3: 1002-1039.
- Levitt, Peggy, e Waters, M. C. 2002. «Introduction». In *The Changing face of Home the Transnational Lives of the Second Generation*, Levitt, P. e Waters, M. C. New York: Russell Sage Foundation.
- Lim, Ins S. 1997. «Korean immigrants women’s challenge to gender inequality at home: The interplay of economic resources, gender and family». *Gender and Society*, 11: 31-51.
- Machado, Fernando Luís, e Ana Raquel Matias. 2006. «Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica». *CIES e-Working Paper nº13/2006*.
- Machado, Fernando Luís. 2009. «Quarenta anos de imigração africana: um balanço», *Ler História*, 56: 135-165.
- Mahler, Sarah. 1999. «Engendering Transnational Migration: A Case Study Of Salvadorans», *American Behavioural Scientist*, 42(4):690-719.
- Mahler, Sarah; Patricia Pessar. 2003. «Transnational Migration: Bringing gender in», *International Migration Review*, 37, 3 (Fall 2003): 812-846
- Morch, Sven, e Helle Andersen. 2006. «Individualisation and the changing youth life». In *A new youth? Young people, generations and family life*, eds. Carmen Leccardi, e Elisabetta Ruspini. Aldershot and Burlington: Ashgate Publishing.
- Parreñas, Rhacel Salazar. 2005. *Children of Global Migration, Transnational Families and Gendered Woes*. Stanford: Stanford University Press.
- Portes, A. 2001. «Introduction: the debates and significance of immigrant transnationalism.» *Global Networks: A Journal of Transnational Affairs*, 1(3): 181-193.
- Pries, Ludger. 2004. «Determining the Causes and Durability of Transnational Labor Migration Between Mexico and the United States: Some Empirical Findings». In: *International Migration*, 42 (2): 3-39.
- Rumbaut, Rubén G. 2002. «Severed or sustained attachments? Language, identity, and imagined communities in the post-immigrant generation». In *The Changing Face of Home: The transnational lives of the second generation*, eds. P. Levitt and M. Waters. New York: Russell Sage Foundation, 43–95.
- Rumbaut, Rubén, e Alejandro Portes. 2001. *Ethnicities. Children of Immigrants in America*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- Somerville, Kara. 2008. «Transnational Belonging among Second Generation Youth: Identity in a Globalized World». *Journal of Social Sciences*, 10: 23-33.
- Suárez-Orozco, Marcelo, e Desiree Baolian Qin. 2006. «Gendered perspectives in psychology: immigrant origin youth», *International Migration Review*, 40 (1): 165-198.
- Sung, Betty Lee. 1987. *The adjustment Experience of Chinese Immigrant Children in New York City*. New York: Center for Migration Studies.
- Vertovec, Steven. 2001. «Transnationalism and identity», *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 27, 4: 573–82.

Zeitlyn, Benjamin. 2009. '*Evaluating Generations in a Transnational Social Field*', paper presented at the CONEM/AHRC Conference, University of Surrey.